

Steel Surgical Comércio de Materiais Cirúrgicos Ltda.

CNPJ/MF nº 07.597.405/0001-06 - NIRE nº 35.220.075.122

Ata de Reunião de Sócios de Transformação em Sociedade Anônima em 10 de abril de 2025
1. Data, Hora e Local: Aos 10 de abril de 2025, às 9h00 (nove horas), na sede social da **Steel Surgical Comércio de Materiais Cirúrgicos Ltda.**, situada no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, à Alameda Cautim, nº 115 - salas 405, 421, 504, 505, 510, 511 e 512 - Torre D - Bairro Cerâmica, CEP 09531-195 ("Sociedade"), reuniram-se os sócios abaixo qualificados: **i. Frontier Corp.**, pessoa jurídica de direito privado domiciliada no exterior, com sede à 201 Edwin Wallace Rey Drive - Roger's Office Building - George Hill - Anguilla, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 38.223.356/0001-67, neste ato representada por seu procurador José Marco Aurélio de Paula Albuquerque, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 66.686.305-2 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 057.418.901-72, com endereço à Rua Coronel Melo Oliveira, 226, apt. 11, Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 05.011-040; **ii. José Marco Aurélio de Paula Albuquerque**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 66.686.305-2 SSP/SP, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 057.418.901-72, com endereço à Rua Coronel Melo Oliveira, 226, apt. 11, Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 05.011-040; **iii. Irivaldo de Oliveira Lopes**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.332.042 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 106.654.168-06, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Dona Brígida, nº 265 - apto 141 - Bairro Vila Mariana, CEP 04111-080; e **iv. Simone de Souza Salomão**, brasileira, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 39.345.343-1 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 072.116.136-70, residente e domiciliada à Rua Dracena, 360 - Vila Gepina - Município de Itaquaquecetuba - Estado de São Paulo - CEP 08577-090. **2. Convocação:** Dispensas as formalidades de convocação, em virtude da presença de todos os sócios nesta reunião, representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do §2º, do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil") e do Capítulo VIII do Contrato Social. **3. Composição da mesa:** **José Marco Aurélio de Paula Albuquerque**, já qualificado acima ("Presidente"); e **Adriana Serrano Cavassani**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.373.070-7, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 132.516.208-60 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo (OAB/SP) nº 196.162, residente e domiciliada à Rua João Adolfo, 118, çto. 1.403, centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.050-020 ("Secretária"). **4. Ordem do dia:** Reuniram-se os sócios para discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **i.** Transformação da Sociedade, atualmente constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 220 a 222, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), com a respectiva alteração da denominação da Sociedade para "**Steel Surgical Comércio de Materiais Cirúrgicos S.A.**"; ("Companhia"); **ii.** Conversão e fixação do capital social da Companhia, com a anuência à subscrição das ações e renúncia ao direito de preferência; **iii.** Aprovação do projeto de Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo I** desta ata; **iv.** Definição do meio de publicação dos atos societários da Companhia; **v.** Eleição da Diretoria para exercer a administração da Companhia; **vi.** Outorga de autorização para a administração tomar todas as providências necessárias à implementação da transformação ora deliberada; **5. Deliberações:** Após a análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os sócios aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **i.** A transformação em sociedade anônima de capital fechado, sob a denominação de "**Steel Surgical Comércio de Materiais Cirúrgicos S.A.**", sendo que não há solução de continuidade nos negócios ora em curso, mantendo a nova empresa todos os direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Sociedade, ora transformada em Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222, da Lei das S.A.; **ii.** A conversão das atuais 109.000 (cento e nove mil) quotas, com o valor nominal de R\$100,00 (cem reais) cada, para 109.000 (cento e nove mil) ações ordinárias, nominativas, da mesma classe e com valor nominal de emissão de R\$100,00 (cem reais) cada, representando e fixando o capital social em R\$10.900.000,00 (dez milhões e noventa mil reais), de modo que as ações já estão integralizadas pela transformação societária, conforme os respectivos boletins de subscrição, na forma do **Anexo II** desta ata; neste ato, a totalidade dos sócios, doravante acionistas, consentem e anuem com as subscrições ora realizadas, renunciando expressamente aos respectivos direitos de preferência, nos termos do artigo 171, da Lei das S.A.; **iii.** O projeto do Estatuto Social, conforme descrito no **Anexo I** da presente ata, o qual foi lido na íntegra e passará a vigorar, desde já, com a redação lá constante; **iv.** A definição preferencial do meio eletrônico para a publicação da presente ata e demais publicações da Companhia, por intermédio da Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, conforme a Portaria ME nº 12.071/2021, de modo que, acaso seja ultrapassado o requisito do limite legal da receita bruta anual, serão procedidas com as publicações em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Companhia, nos termos do artigo 289, da Lei das S.A.; **v.** A eleição do acionista **José Marco Aurélio de Paula Albuquerque**, já qualificado acima, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2028, permitida a reeleição, nos termos do artigo 143, da Lei das S.A., com redação atual dada pela Lei Complementar nº 182, de 2021; neste ato, o Diretor sem designação específica eleito assina o Termo de Posse, que integra na forma do **Anexo III** desta ata, e se será lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da nomeação realizada e registrada pela presente ata, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 149, da Lei das S.A.; ficou ainda estabelecido que a remuneração do Diretor será mantida a mesma que é atualmente conferida pela Sociedade, até a realização de Assembleia Geral Ordinária na sede social da Companhia em sentido diverso; **vi.** A autorização, à administração, para que tomem todas as providências necessárias à implementação da transformação ora aprovada, salientando a desnecessidade de ser elaborada e averbada alteração do Contrato Social perante a Junta Comercial, eis que a reunião de sócios formalizada nesta ata é o instrumento hábil e suficiente à aprovação da presente transformação para Companhia e à implementação do Estatuto Social, em obediência ao artigo 66, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, com alteração atual dada pela Instrução Normativa DREI nº 01/2024. **6. Declaração.** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no artigo 147, §1º, da Lei das S.A., que não está incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividade mercantil, conforme declaração expressa constante no Termo de Posse que integra a presente ata na forma de **Anexo III**. **7. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme por todos os presentes, foi aprovada e assinada. Nos termos do artigo 130, da Lei das S.A., foi lavrada a ata em livro próprio, sendo a presente cópia fiel para todos os legais e jurídicos efeitos. São Caetano do Sul/SP, 10 de abril de 2025. Mesa: José Marco Aurélio de Paula Albuquerque, Presidente; Adriana Serrano Cavassani, Secretária. Sócios: Frontier Corp., José Marco Aurélio de Paula Albuquerque, r/p José Marco Aurélio de Paula Albuquerque; Irivaldo de Oliveira Lopes; Simone de Souza Salomão. Acionistas Subscritores: Frontier Corp., José Marco Aurélio de Paula Albuquerque, r/p José Marco Aurélio de Paula Albuquerque. Irivaldo de Oliveira Lopes; Simone de Souza Salomão. Diretor sem Designação Específica: José Marco Aurélio de Paula Albuquerque. Visto do Advogado: Adriana Serrano Cavassani, OAB/SP - 196.162, JUCESP/NIRE nº 35300673328. JUCESP nº 301.105/25-0 em 21/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1º. A pessoa jurídica denominada **Steel Surgical Comércio de Materiais Cirúrgicos S.A.** ("Companhia") é constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado e será regida pelo presente Estatuto Social ("Estatuto") e as disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações ("Lei das S.A."). **Parágrafo único.** Os acionistas e a Companhia poderão firmar acordo de acionistas ("Acordo de Acionistas"), o qual também regerá a Companhia e ficará arquivado na sua sede social. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede social e foro no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Alameda Cautim, nº 115 - salas 405, 421, 504, 505, 510, 511 e 512 - Torre D - Bairro Cerâmica, CEP 09.531-195, podendo abrir, instalar ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou exterior, por deliberação da Assembleia Geral e respeitadas as prescrições legais. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social (a) comércio atacadista de materiais cirúrgicos, médicos e afins, (b) prestação de serviços de reparação de materiais cirúrgicos, médicos e afins, e (c) intermediação e transporte de produtos. **Parágrafo único.** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais. **Artigo 4º.** A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$10.900.000,00 (dez milhões e noventa mil reais), dividido em 109.000 (cento e nove mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e com valor nominal de emissão de R\$100,00 (cem reais) cada. **Parágrafo 1º.** Observadas as condições previstas neste Estatuto, Acordo de Acionistas e legislação aplicável, cada ação ordinária dá direito a 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia que reconhece apenas 1 (um) proprietário para cada uma delas, pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações da Companhia, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do parágrafo único, do artigo 28 da Lei das S.A. **Parágrafo 3º.** A Companhia, a qualquer tempo, poderá instituir ações preferenciais, bem como classes, tanto para as ações ordinárias, como para as ações preferenciais, bem como modificar os direitos e prerrogativas atribuídas às ações existentes. **Parágrafo 4º.** Fica autorizada a alteração do número e do valor nominal das ações, em casos de modificação do valor do capital social ou da sua expressão monetária, de desdobramento ("split") ou grupamento ("mintit"); (v) Aprovar as contas da Diretoria da Companhia, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia; (vi) Suspender o exercício dos direitos dos Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 120, da Lei das S.A.; (ix) Aprovar pedido de recuperação (judicial/extrajudicial), declaração de autofalência, dissolução e liquidação da Companhia, bem como a indicação da forma de liquidação e dos liquidantes; (x) Aprovar a política de distribuição de dividendos e/ou retenção de lucros da Companhia; (xi) Constituir ônus ou gravame em favor de terceiros; (xii) Aprovar a alteração nas práticas de contabilidade, no regime de tributação, na política fiscal e trabalhista da Companhia, exceto se exigido pelos princípios brasileiros de contabilidade; (xiii) Celebrar qualquer negócio que envolva a assunção de obrigações de não concorrência ou de exclusividade pela Companhia; e (xiv) Selecionar e destituir auditores independentes pela Companhia. **Artigo 18.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia ordinariamente dentro de 4 meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, bem como nos casos previstos em lei, neste Estatuto e em Acordo de Acionistas, se houver. **Parágrafo 1º.** A convocação da Assembleia Geral poderá se dar por edital, Aviso de Reccebimento ou ainda, por meios eletrônicos, tais como endereços eletrônicos (e-mails) e/ou aplicativos de mensagens instantâneas, incluindo "WhatsApp"; desde que seja enviada aos acionistas com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para a sua realização. **Parágrafo 2º.** A convocação será considerada válida desde que enviada ao endereço eletrônico (e-mail) ou número de telefone informado previamente pelos acionistas à Companhia. O recibo de leitura ou resposta positiva ao envio

será considerado como comprovação da convocação **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral será realizada após, no mínimo, 8 (oito) dias, contados da data da publicação do primeiro edital de convocação ou do Aviso de Reccebimento, ou ainda, do recibo de leitura ou resposta positiva pelos meios eletrônicos. Em segunda convocação, a Assembleia Geral deverá ser realizada após, no mínimo, 5 (cinco) dias, contados da publicação de novo edital ou do Aviso de Reccebimento, ou ainda, do recibo de leitura ou resposta positiva pelos meios eletrônicos. **Parágrafo 4º.** Nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das S.A., ficam dispensadas as formalidades de convocação quando todos os acionistas comparecerem à Assembleia Geral ou se declararem, por escrito ou pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, deste Artigo 18, cientes do local, data, hora e da ordem do dia. **Parágrafo 5º.** As Assembleias Gerais somente serão consideradas validamente instaladas, em primeira ou segunda convocação, com a presença de todos os acionistas que detenham ações que representem, no mínimo, a maioria do capital social votante da Companhia. **Parágrafo 6º.** As Assembleias Gerais serão presididas preferencialmente por algum Diretor da Companhia, o qual nomeará um secretário entre os presentes, acionista ou não da Companhia. Na ausência de algum Diretor, a mesa será eleita pela maioria do capital social presente. **Parágrafo 7º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, desde que ostente a qualidade de acionista ou advogado. **Parágrafo 8º.** Salvo pelas matérias de quórum qualificado previstas neste Estatuto e na Lei das S.A., todas as deliberações serão tomadas pelo quórum de maioria do capital social votante, sendo certo e acordado que, mesmo em segunda convocação, nenhuma matéria será aprovada com votos afirmativos representando 50% (cinquenta por cento) ou menos do capital social total votante da Companhia. **Parágrafo 9º.** O Presidente da Mesa não registrará qualquer voto proferido com infração a qualquer Acordo de Acionistas ou de voto devidamente arquivado por escrito ou de forma eletrônica na sede da Companhia. **Artigo 19.** As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma virtual, sem a presença física dos convocados, utilizando plataformas de videoconferência previamente definidas pela administração da Companhia, desde que garantida a identificação dos acionistas e a integridade das deliberações. Os elementos que instruem a pauta estarão disponíveis para consulta presencial ou poderão, a critério do interessado, ser consultados pelos meios eletrônicos. **Parágrafo 1º.** Opcionalmente, as Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma semipresencial, com parte dos participantes presentes fisicamente no local designado e parte participando remotamente, cabendo à administração da Companhia assegurar meios confiáveis para que todos tenham acesso ao evento por ambas as maneiras. **Parágrafo 2º.** Será lícito ao acionista, que assim entender, antecipar seu voto pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, do Artigo 18, hipótese em que se considerará o acionista presente à Assembleia Geral, bem como o cômputo formal do voto na sede da Companhia. **Parágrafo 3º.** A gravação da Assembleia Geral virtual ou semipresencial poderá ser arquivada, em conjunto com a ata escrita, junto ao Livro de Atas das Assembleias Gerais. **Artigo 20.** Respeitadas as limitações previstas em lei e neste Estatuto, a Assembleia Geral tornar-se-á dispensável quando os acionistas que representem o mínimo necessário para a aprovação da matéria decidirem-na, por escrito, assinando o respectivo documento, inclusive de forma eletrônica, desde que em conformidade com a legislação aplicável. **Parágrafo único.** As deliberações tomadas por escrito terão a mesma validade das aprovadas em Assembleia Geral regularmente convocada e realizada. **Capítulo VI. Conselho Fiscal. Artigo 21.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida à reeleição, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo único.** A instalação do Conselho Fiscal far-se-á por deliberação da Assembleia Geral, nos casos previstos pela legislação aplicável em vigor. **Capítulo VII. Exercício Social. Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 22.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 23.** Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias em período semestral, trimestral ou mensal, e os acionistas, em Assembleia Geral, deliberarão sobre a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nas referidas demonstrações financeiras, respeitado o disposto no artigo 204, da Lei das S.A. **Parágrafo único.** A qualquer tempo, a Assembleia Geral também poderá deliberar sobre a distribuição dos dividendos intermediários, existentes na conta de lucros acumulados, ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual, semestral, trimestral ou em período menor, conforme o caso. **Artigo 24.** A Assembleia Geral poderá fixar o montante dos juros a serem pagos ou creditados aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, respeitado o disposto na legislação aplicável. **Artigo 25.** Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 26.** Do resultado do exercício ou das demonstrações financeiras intermediárias previstas no Artigo 23, deste Estatuto, serão deduzidas, antes de qualquer participação, as necessárias amortizações, depreciações e provisões, incluindo os prejuízos acumulados e as provisões para o pagamento dos tributos sobre a renda. **Artigo 27.** Do lucro líquido do exercício ou das demonstrações financeiras intermediárias previstas no Artigo 23, deste Estatuto, apurado após os ajustes mencionados no Artigo 26 acima, serão deduzidos sucessivamente e na seguinte ordem: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no artigo 193, §1º da Lei das S.A.; (ii) Quando for o caso, as importâncias necessárias ou as admissitas para as reservas de que tratam os artigos 195 a 197 da Lei das S.A.; (iii) A porcentagem determinada de acordo com a aplicação das normas do artigo 202, da Lei da S.A., para pagamento do dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro. **Artigo 28.** Por proposta da Diretoria, uma parcela dos lucros da Companhia, formada por até 100% (cem por cento) dos lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias, poderá ser destinada à formação de "Reserva de Expansão", nos termos do artigo 194, da Lei das S.A., por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** A referida reserva tem por finalidade garantir a continuidade e o crescimento da Companhia, destinada ao financiamento de projetos de investimento, à ampliação da capacidade operacional e ao fortalecimento da sua estrutura financeira. **Parágrafo 2º.** Os recursos alocados na Reserva de Expansão somente poderão ser utilizados para: (i) Realização de projetos de expansão, modernização ou inovação; (ii) Aquisição de ativos estratégicos; (iii) Reforço do capital de giro, caso necessário; (iv) Outras finalidades aprovadas pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** Caso o montante acumulado na Reserva de Expansão ultrapasse o valor do capital social da Companhia, ou a reserva não seja utilizada para os fins definidos, os recursos excedentes deverão ser revertidos para distribuição de dividendos aos acionistas. **Artigo 29.** Os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido colocados à disposição do acionista reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII. Cessão de Ações, Direito de Preferência e Opção de Compra. Artigo 30.** Nenhum dos acionistas poderá, a qualquer título, alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, no todo ou em parte, exceto conforme previsto neste Capítulo VIII, deste Estatuto. **Artigo 31.** Caso qualquer dos acionistas ("Acionista Ofertante") receba proposta de terceiro para alienar ou de qualquer outra forma transferir, direta ou indiretamente, suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, no todo ou em parte (todos os referidos coletivamente como ("Ações Ofertadas")), o Acionista Ofertante deverá, primeiro, oferecer tais ações aos demais acionistas (em cada caso, "Acionista Ofertado"), os quais terão o direito de preferência para adquiri-las nos mesmos termos e condições da oferta feita por referido terceiro ("Potencial Comprador"). Esta oferta deverá ser efetivada através de uma notificação por escrito ou por meios eletrônicos do Acionista Ofertante, a ser entregue ou remetido aos Acionistas Ofertados ("Notificação de Oferta"), com cópia para a Companhia, em que deverá constar (i) o número de Ações Ofertadas, o preço a ser pago por ação, o prazo e forma de pagamento, garantias a serem prestadas; e (ii) demais termos e condições da venda ou da transferência proposta e o nome e identificação completos do Potencial Comprador, bem como declaração de que a oferta apresentada por parte do Potencial Comprador é firme e por escrito ("Termos da Oferta") **Parágrafo 1º.** Durante os 30 (trinta) dias corridos e seguintes ao recebimento da Notificação de Oferta, os Acionistas Ofertados deverão informar por escrito ao Acionista Ofertante ("Notificação de Resposta") se exercerão ou não o seu direito de preferência para a aquisição da totalidade, não menos que a totalidade, das Ações Ofertadas. Uma vez exercida a preferência com relação a todas as Ações Ofertadas, essas Ações Ofertadas deverão ser adquiridas de acordo com os Termos da Oferta, em não mais do que 10 (dez) dias corridos da data do recebimento pelo Acionista Ofertante da Notificação de Resposta com o exercício do direito de preferência por parte dos Acionistas Ofertados. **Parágrafo 2º.** Se os Acionistas Ofertados não encaminharem a Notificação de Resposta ao Acionista Ofertante dentro do prazo estabelecido no Parágrafo 1º do Artigo 31, deste Estatuto, ou comunicar que não exercerão seu direito de preferência ou que exercerão, em parte, esse direito, ou ainda se não as adquirir no prazo de 10 (dez) dias do Recebimento do Acionista Ofertante da Notificação de Resposta, a Companhia, por sua Diretoria, poderá exercer o direito de recomprar as Ações Ofertadas, nas mesmas condições dos Termos da Oferta, conforme autorização do Artigo 6º, deste Estatuto, dentro de um novo de prazo de 30 (trinta) dias corridos após o término do prazo estipulado no Parágrafo 1º, do Artigo 31, deste Estatuto. **Parágrafo 3º.** Se a Companhia deixar de apresentar Notificação de Resposta ao Acionista Ofertante dentro do prazo estabelecido no Parágrafo 1º do Artigo 31, deste Estatuto, ou comunicar que não exercerá seu direito de recomprar as Ações Ofertadas ou que exercerá, em parte, esse direito, ou ainda se não as adquirir no prazo de 30 (trinta) dias, o Acionista Ofertante estará livre para alienar todas as Ações Ofertadas ao Potencial Comprador, desde que cumprimento ao estabelecido no Artigo 33, deste Estatuto, durante os 60 (sessenta) dias subsequentes, nos exatos Termos da Oferta. O direito de preferência ou recompra exercido relação a apenas uma parte das Ações Ofertadas não será válido. **Parágrafo 4º.** Após o período de 60 (sessenta) dias previsto no Parágrafo 3º, do Artigo 31, deste Estatuto, ter transcorrido sem que tenha ocorrido a venda, caso o Acionista Ofertante deixe novamente alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas ações, deverá reiniciar o procedimento estabelecido no Artigo 31, deste Estatuto. **Artigo 32.** As mesmas regras estabelecidas no Artigo 31 deste Estatuto aplicam-se à cessão, direta ou indireta, por qualquer dos acionistas, de seu direito de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ações. Os prazos para o exercício do direito de preferência em relação à cessão do direito de preferência na emissão dessas novas ações e valores mobiliários são os seguintes (a) 10 (dez) dias da aprovação do aumento de capital para o recebimento, pelo Acionista Ofertado, da notificação do Acionista Ofertante, contendo os Termos da Oferta; (b) 10 (dez) dias para o exercício do direito de preferência pelo Acionista Ofertado; (c) 5 (cinco) dias para a aquisição de todos os direitos de subscrição oferecidos. O prazo para a Companhia exercer o direito de adquirir o direito de preferência na emissão dessas novas ações e valores mobiliários, conforme autorização do Parágrafo 2º, do Artigo 6º, deste Estatuto, é de 30 (trinta) dias da aprovação do aumento do capital social. **Artigo 33.** A transferência ou cessão de ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia para um terceiro, será válida e eficaz somente se o cessionário aderir, por escrito, e sem quaisquer restrições, aos termos e condições previstas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, se houver. **Artigo 34.** Neste ato, e na melhor forma de direito, em caráter

continua ➡

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/09/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continua ➡

irrevogável e irratável, os acionistas outorgam em favor da Companhia a opção de compra (“*call option*”) de suas respectivas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, podendo ser exercida pela Companhia, por sua Diretoria, em face daqueles, total ou parcialmente, a seu exclusivo critério, sem que possa existir qualquer forma de oposição, a qualquer momento, mediante comunicação expressa, podendo se dar de forma escrita ou pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, do Artigo 18, deste Estatuto. **Parágrafo 1º.** Os acionistas comprometem-se e obrigam-se, desde já, a comparecer na sede social da Companhia em dia e horário a serem marcados ou em plataforma digital, a fim participar da Assembleia Geral, bem como de assinar todos e quaisquer documentos e registros necessários, tais como Livro de Registro de Ações Companhia e Livro de Transferências de Ações da Companhia, à formalização da transferência das ações à Companhia, sob pena de, em não assinando tais documentos, constituir falta grave, responder por multa diária equivalente a 1 (um) salário mínimo vigente à época de sua imposição, sem prejuízo do direito da Companhia em realizar o depósito do Preço de Exercício e proceder com a celebração dos documentos/registros necessários à transferência das ações. **Parágrafo 2º.** O preço a ser pago ao acionista exercido para a aquisição das referidas ações é pelo seu valor nominal da(s) participação(ões) social(is), sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil, em parcela à vista, em moeda corrente nacional, na data em que for assinado o Termo de Transferência de Ações da alteração da titularidade das ações objeto da opção de compra exercida (“*Preço de Exercício*”). **Parágrafo 3º.** O preço a ser pago ao acionista exercido para a aquisição dos direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações é de 20% (vinte por cento) do valor nominal da(s) respectiva(s) participação(ões) social(is) correspondente a nova subscrição ou título mobiliário conversível em ações, sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil, em parcela à vista, em moeda corrente nacional, na data em que for assinado os instrumentos da alteração da titularidade dos respectivos direitos de preferência objeto da opção de compra exercida. **Parágrafo 4º.** Não havendo interesse dos demais acionistas e da Companhia na aquisição das ações do acionista retirante, e não sendo exercido pela Companhia o direito à opção de compra (“*call option*”), o acionista retirante poderá vendê-las, cedê-las ou transferi-las a terceiro estranho à composição societária, podendo, inclusive, a renúncia ao direito de preferência e/ou exercício de opção de compra ser tomada em Assembleia Geral. Aplica-se a mesma disposição Quanto aos direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações. **Capítulo IX. Dissolução, Liquidação, Transformação, Exclusão, Insolvência, Morte. Artigo 35.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo único.** Em caso de liquidação, a Assembleia Geral nomeará um liquidante, que procederá à liquidação da Companhia e à distribuição do patrimônio remanescente, conforme as disposições legais **Artigo 36.** A Companhia poderá transformar o seu tipo societário mediante deliberação em Assembleia Geral. **Artigo 37.** Havendo risco à continuidade da Companhia por falta grave no cumprimento das obrigações por parte de um ou mais acionistas, os demais, desde que representativos de mais da metade do capital social, poderão excluí-los da Companhia mediante deliberação em Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** Consideram-se como atos de inegável gravidade, a permitir a exclusão de acionistas, por justa causa, nos termos do *caput* deste Artigo 37, principalmente, mas não exclusivamente, os seguintes atos: (i) Quebrar a confiança, deliberada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria do capital social, entendendo-se como quebra de confiança qualquer ato ou fato que afete a relação entre os acionistas da Companhia, como desídia, ofensa, ameaça, chantagem, enfim, todo e qualquer ato capaz de colocar em risco a relação de confiança que deve nortear o relacionamento entre todos os acionistas, mas sobretudo colocando a Companhia em inegável risco perante o mercado de atuação; (ii) Concorrer, aliciar, solicitar, sugerir, depreciar, direta ou indiretamente, tanto como proprietário, sócio, acionista, associado, investidor, parceiro, licenciado, fornecedor, financiador, operador, consultor, colaborador ou, de qualquer outra forma, com os negócios desenvolvidos pela Companhia, e/ou com sociedades controladas, e/ou com sociedades nas quais a Companhia tenha participação societária; (iii) Revelar, a terceiros, informações empresariais sigilosas e confidenciais da Companhia e/ou de suas controladas e/ou de sociedades nas quais a Companhia tenha participação societária; (iv) Haver sido condenado por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, “lavagem” de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a economia popular, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro nacional ou a pena criminal que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação; (v) Desviar recursos da Companhia e/ou usar de forma indevida ou não autorizada ativos ou do nome da Companhia; (vi) Recusar a assinatura de documentos societários; (vii) Praticar atos societários que contrariem expressa norma disposta em lei ou neste contrato social; (viii) Violar disposições da Lei nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD”) e da Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”); (ix) Cometer falta grave no cumprimento das obrigações, incluindo, mas não se limitando, na prática de atos contrários aos deveres sociais descritos no Capítulo III, deste Estatuto, e de atos qualificados pela doutrina e jurisprudência como caracterizadores de falta grave, tais como, exemplificativamente, a decretação de insolvência do acionista, ato ou fato desabonador de conduta, principalmente em se tratando de ato ou fato que prejudique a Companhia no mercado de atuação, como processos judiciais por inadimplência, processo administrativo e/ou judicial pelo inadimplemento de obrigação fiscal e/ou trabalhista, e todos os demais correlatos, bem como a superveniência de incapacidade moral, a inimizade ou incompatibilidade com os demais sócios. **Parágrafo 2º.** A exclusão será determinada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, ciente o acionista a ser excluído em tempo hábil a permitir seu comparecimento físico ou virtual e o exercício do direito de defesa. Sua ausência injustificada será lançada em ata, lavrada na presença de 2 (duas) testemunhas. **Parágrafo 3º.** Aprovada a exclusão extrajudicial de acionista, proceder-se-á à respectiva lavratura do termo próprio no Livro de Registro de Transferência de Ações da Companhia e demais instrumentos competentes. **Artigo 38.** A Companhia não se dissolverá com a retirada ou exclusão de qualquer dos acionistas, caso em que os haveres do acionista que se retira ou é excluído serão reembolsados pelo seu exato valor nominal da(s) participação(ões) social(is) do acionista retirante ou excluído da Companhia, sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil. **Parágrafo único.** Os haveres do acionista que se retira ou é excluído poderão ser pagos em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias da data da Assembleia Geral que formalizou a retirada ou exclusão, ou da lavratura do Termo de Registro/Transferência de Ações, o que for por último. **Artigo 39º.** Em razão do princípio da função social da empresa e do princípio da preservação da empresa, o credor particular de qualquer acionista, ao executá-lo, deverá preferir outros bens, na forma do artigo 1.026 do Código Civil. **Parágrafo único.** Na hipótese de insolvência/falência e/ou penhora de ações ou lucros correspondentes, obrigatoriamente o acionista será de pleno direito excluído da Companhia, na forma do Artigo 37, deste Estatuto, de modo que o credor não se tornará acionista, nem terá direito a sê-lo, e os haveres do acionista insolvente/falido/devedor serão pagos nos termos estabelecidos no Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único, não podendo o credor exigir de forma diferente. **Artigo 40.** A Companhia também não se dissolverá na hipótese de morte, incapacidade ou ausência de qualquer dos acionistas, cabendo, neste caso, aos acionistas remanescentes, por maioria, deliberar em Assembleia Geral pelo prosseguimento da Companhia com os herdeiros ou sucessores do acionista falecido, incapacitado, ausente ou pelo pagamento dos respectivos haveres, nos termos estabelecidos no Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único. **Artigo 41.** A Companhia também não se dissolverá na hipótese de extinção de casamento ou da união estável de acionista, ou ainda na morte de cônjuge ou de companheiro/convivente de acionista, de modo que as ações de tal acionista que, na partilha, forem atribuídas ao ex-cônjuge ou ex-companheiro, ou aos herdeiros, serão liquidadas e o pagamento dos respectivos haveres será realizado nos termos estabelecidos na Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único. **Artigo 42.** O capital social sofrerá redução correspondente aos valores necessários ao pagamento dos haveres das ações liquidadas nos termos deste Capítulo, salvo se os demais acionistas suprirem o valor das ações ou se o pagamento se fizer pela Companhia com o uso de reservas contábeis, nos termos do Artigo 6º, deste Estatuto. **Parágrafo único.** A Companhia deverá atualizar o Livro de Registro/Transferência de Ações com os dados dos novos titulares das ações, conforme previsto na Lei das S.A., para assegurar a regularização da titularidade. **Capítulo X. Solução de Conflitos. Artigo 43.** Fica eleito o foro da Comarca de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas, conflitos, divergências e controvérsias relacionados, direta ou indiretamente, à Companhia, seus diretores e acionistas, ou nas relações entre estes e à Companhia, e ao presente Estatuto. **Capítulo XI. Disposições Gerais. Artigo 44.** Os casos omissos e duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. **Artigo 45.** A nulidade de qualquer disposição anotada neste Estatuto, na totalidade ou parte de artigo, não implica nulidade no restante do ato constitutivo, não lhe retirando validade ou eficácia. **Artigo 46.** A Companhia e seus acionistas observação os termos e condições de eventuais Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de registrar transferências e onerações de ações e/ou direitos de subscrição e/ou de outros valores mobiliários contrárias às suas disposições e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos lançados em infração a tais acordos, nos termos do artigo 118, da Lei das S.A. **Artigo 47.** A Companhia e seus acionistas declaram expressamente estarem cientes e de acordo com a possibilidade de registro e averbação de atos empresariais para arquivamento na JUCESP, mediante assinaturas eletrônicas, ou utilização das plataformas eletrônicas de assinatura digital, tais como *DocuSign*, *ClickSign*, *ZapSign* e demais, devidamente autorizadas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, sendo considerados documentos particulares para todos os fins legais, nos termos da MP nº. 2200-2/2001 e da MP nº 983/2020. São Caetano do Sul/SP, 10 de abril de 2025.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

